



Em defesa das estatais

2010 é um ano diferenciado para o movimento dos trabalhadores. Além de marcar 25 anos de redemocratização do Brasil, é um ano para decidir o futuro do país e dos Estados da Federação e do Distrito Federal para os próximos quatro anos. As escolhas dos trabalhadores nestas eleições influenciarão no que chamamos de oportunidades de avançar ou na ameaça de resistir.

Uma nova geração nasceu num clima de liberdade política e conviveu nos últimos 16 anos com a inflação sob controle. Mas ainda há desafios e dificuldades a serem superados para que a sociedade conviva com igualdade de oportunidades, desenvolvimento e justiça social e sustentabilidade com geração e distribuição de riqueza.

Defendemos a manutenção de bancos públicos que contribuam direta e indiretamente para o desenvolvimento socioeconômico do país; que, além de agirem para corrigir as “falhas de mercado”, possam estruturar aqueles mercados onde o setor privado reluta em atuar, sendo uma peça central para os objetivos e as estratégias de política pública.

Na última crise mundial os bancos públicos foram um canal essencial para transmitir os impactos das decisões tomadas no âmbito das políticas monetária e creditícia ao exercer, no mercado de crédito, ações que minimizaram a incerteza que tomava conta de tudo. Porque, como se viu, houve “encolhimento” natural e defensivo do crédito por parte do sistema privado.

Sempre nos posicionamos contra qualquer que fosse a mudança de nome de nossas estatais, símbolo ou outras medidas que tinham como objetivo descaracterizar a imagem construída ao longo de anos. Nossa defesa junto à sociedade em seguidos governos sempre foi defender o patrimônio público voltado para os interesses do governo e da população.

Nos anos 1990 vivemos no Brasil a aplicação da política neoliberal, com ataques ao mundo do trabalho, perda de direitos conquistados, privatização do capital controlado pelo Estado, esvaziamento ideológico, hegemonia do capital financeiro e perda de soberania política sobre os rumos do país.

A privatização sempre foi um engodo. O governo FHC, por exemplo, implantou as privatizações a preços baixos, financiou os “compradores”, agiu com autoritarismo, transferindo o patrimônio público, acumulado ao longo de décadas, a poucos grupos empresariais que nem sequer tinham dinheiro para pagar ao Tesouro. Contas bem feitas mostrariam que o governo ficaria com dívidas e sem as fontes de lucros para pagá-las.

A partir de março de 1995, início do governo FHC, o Banco do Brasil, por exemplo, passou por diversas transformações - em nossa visão, todas elas com o objetivo de “enxugar e vender”. Foi iniciado um novo modelo de gestão com o fim de reduzir o contingente de pessoal. Em junho foi anunciado o PDV, pelo qual 13.388 colegas, dos 55.000 elegíveis, foram postos para a rua. Em seguida foi criado o PAQ, que vigorou até dezembro de 1998, reduzindo o quadro de pessoal do BB de 119.380 para 72.620 funcionários. Nesse ínterim os funcionários sofreram congelamento salarial, retirada do anuênio e desmantelamento do PCS, com a criação dos chamados “genéricos”.

Por tudo isso, desmantelamento e dilapidação do patrimônio público, somado ao total desrespeito aos trabalhadores, o Sindicato dos Bancários tem posição clara de defender as estatais e ser veemente contra a privatização do bem público.